

DIVERSIDADE SEXUAL NOS DOCUMENTOS EDUCACIONAIS BRASILEIROS: DOS PCN AOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Marcela Rodrigues de Oliveira¹
Prof.^a Dr.^a Isabela Candeloro Campoi²
Unespar, *campus* Paranavaí

RESUMO

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) foram elaborados como documentos norteadores para a educação e como não obrigatórios. Como tal, podem ser considerados como política pública voltada para a educação implementada pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Nos PCN sexualidade e diversidade sexual são tratados como temas transversais. Já a partir da segunda década do século XXI iniciaram-se as discussões sobre o último Plano Nacional da Educação, vigente por 10 anos, segundo a legislação. No contexto da elaboração do plano aprovado em 2014 muito se debateu em relação à importância ou não de as escolas tratarem sobre gênero e sexualidade. O plano nacional exigiu dos municípios e estados as aprovações dos seus respectivos planos até junho de 2015. As incontáveis mobilizações contrárias à chamada “ideologia de gênero” e ao suposto “ataque à família tradicional” foram mostras do quanto o tema ainda apresenta resistência para sua implementação. A proposta desta comunicação é problematizar os conteúdos sobre sexualidade e diversidade sexual nos PCN e o debate mais contemporâneo travado no contexto de aprovação dos planos voltados para a educação no Brasil.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Educação.

INTRODUÇÃO

Pode-se dizer que relações de gênero e sexualidade vêm sendo, nos últimos tempos, alguns dos assuntos mais debatidos em diversos setores da sociedade: até as mídias mais conservadoras foram forçadas a ceder espaço ao tema. Logo, a inclusão dessa discussão nas escolas é inevitável e extremamente necessária, e claramente vem ocorrendo - não sem muitas polêmicas, considerando a onda reacionária que vivenciamos em nível mundial³.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Acadêmico em Ensino – Formação Docente Interdisciplinar – PPIFOR da UNESPAR – *Campus* Paranavaí.

² Professora Pós-Doutora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado Acadêmico em Ensino – Formação Docente Interdisciplinar – PPIFOR da UNESPAR – *Campus* Paranavaí.

³ “Atentado nos EUA e casos de homofobia no Brasil são parte de uma onda conservadora religiosa mundial”. Disponível em: < <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36530900> > Acesso em: 05 de Abril de 2017. “País vive onda de modernismo reacionário, diz sociólogo”. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/06/1638390-pais-vive-onda-de-modernismo-reacionario->

Realização:

Apoio:



Embora a preocupação com a sexualidade das crianças não seja recente, vale lembrar que ela nem sempre existiu e não é estática, sofre modificações; ao contrário disso, tais concepções são constructos históricos, resultados de embates políticos e reivindicações de movimentos sociais como a movimento LGBT e as demandas feministas. Assim, é importante destacar que nem o interesse por esses assuntos, e nem mesmo sua rejeição são realmente novidades.

Embora tenhamos conhecimento de que, “com diferentes enfoques e ênfases, há registros de discussões e de trabalhos em escolas desde a década de 20” (BRASIL, 1998, p. 291), a sexualidade em si tornou-se um tema discutido expansivamente a partir dos anos 1960, justamente por conta da revolução sexual promovida por movimentos sociais daquela década. Porém, com o Golpe Civil-Militar ocorrido em 1964, “estas tentativas de se implantar a orientação sexual nos currículos foram abortadas (...) só retornando na década de 80” (RIBEIRO, 2002, p. 14), justamente por conta da reabertura política, e também pela preocupação com a saúde pública. Afinal, a partir da década de 1980,

[...] a demanda por trabalhos na área da sexualidade nas escolas aumentou devido à preocupação dos educadores com o grande crescimento da gravidez indesejada entre as adolescentes e com o risco da contaminação pelo HIV (vírus da AIDS) entre os jovens. (BRASIL, 1997c, p. 77)

Dessa forma, nos anos 1990, diante desses problemas, a educação sexual torna-se mais necessária que nunca. Diversos fóruns internacionais para educação foram realizados e a Orientação Sexual esteve presente como preocupação mundial no novo currículo, o que deixa claro então que a partir daí, de uma vez por todas, a escola aparece como lugar privilegiado para não apenas informar e equipar os alunos acerca da prevenção da gravidez ou de doenças sexualmente transmissíveis, mas também para provocar reflexões sobre certos tabus e práticas discriminatórias, bem como para informar cientificamente os alunos – já que sexualidade é um tema que sofre com credices.

Em vista disso, o presente trabalho visa analisar um dos documentos pioneiros no Brasil sobre sexualidade: os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997),

diz-sociologo.shtml> Acesso em: 05 de Abril de 2017. Ao entrar em portais de notícia, de diferentes tendências, você se depara facilmente com matérias e manchetes como essas.

Realização:



Apoio:





norteadores do trabalho educativo, que apresentam como tema transversal a Orientação Sexual.

Primeiramente será feita uma breve retomada sobre o contexto de sua elaboração e as cabíveis críticas; então, será realizada a análise do documento em si; por último, pretende-se levantar um histórico sobre a conjuntura de elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE - Lei 13.005/2014) e dos Planos Municipais de Educação (elaborados no decorrer do ano de 2015), e as polêmicas em torno desses documentos.

BREVE HISTÓRICO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (1997)

Destacamos que os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados pelo Ministério da Educação (quando Paulo Renato Souza era Ministro da Educação), em 1997, com o apoio de especialistas, no mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), em plenos anos 1990 – década de efervescentes debates políticos no campo pedagógico.

Diversos fóruns internacionais foram realizados com o objetivo de implementar pactos, traçar planos e metas para o novo milênio. Conhecidos organismos multilaterais - como o Banco Mundial (BM), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento econômico (OCDE), Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre outros – estavam por trás dessas conferências e buscavam transformações no campo educativo, por meio da elaboração de documentos.

Através do Plano de Educação para Todos, lançado na paradigmática Conferência de Jomtien, em 1990, que o Banco assume, de forma decisiva, o comendo da educação mundial, que, sob sua tutela, [...] passa a ser tratada, ao mesmo tempo, como uma estratégia política e uma variável econômica capaz de impulsionar o pretendido desenvolvimento e a redução da pobreza (JIMENEZ; SEGUNDO, 2007, p. 123)

Desse modo, o Banco Mundial passa a ser um dos principais financiadores da educação, e os países mais pobres se vêm “presos” ao representante máximo do grande capital financeiro. A educação, nesse contexto, passa a ser vista como uma “panacéia” (GALUCH; SFORNI, 2011, p. 58), capaz de tirar um país da miséria:

Realização:



Apoio:



passa a ter um caráter compensatório, redentor. Em troca de empréstimos, tais organismos mundiais tinham a permissão de intervir na política nacional.

Esse modelo de política é característica marcante do sistema econômico vigente desde a década de 1970 em alguns países, e mais precisamente nos anos 1990 no Brasil, a partir do governo Collor (1990-1992), seguindo o fluxo mundial: o neoliberalismo. Isso pode ser conferido a partir da segunda metade da década de 1990, quando os documentos mundiais para educação seguem uma tendência de vocabulário humanitário:

Enfatizam-se conceitos como justiça, equidade, coesão social, inclusão, *empowerment*, oportunidade e segurança, todos articulados pela ideia de que o que faz sobreviver uma sociedade são os laços de “solidariedade” que se vão construindo entre os indivíduos (EVANGELISTA; SHIROMA, 2004, p. 01)

À educação cabe promover a “cidadania, inclusão social, (...) ajuste dos indivíduos e dos países às exigências do novo milênio” (JIMENEZ; SEGUNDO, 2007, p. 124).

É neste contexto em que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – lei nº 9.394/96) é elaborada. Pereira (1999) reitera que a LDB foi criada num contexto em que “respirava-se uma atmosfera hegemônica de políticas neoliberais, de interesse do capital financeiro, impostas por intermédio de agências como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI)” (p. 110).

É nesse mesmo cenário que os PCN são elaborados:

[...] fruto de uma política educacional marcadamente neoliberal, voltada a atender às necessidades do mercado de trabalho, tanto no que se refere à qualificação profissional como à formação de valores e atitudes concernentes à manutenção de ordem social capitalista, fundamentada na troca desigual. (GALUCH; SFORNI, 2011, p. 56).

Da mesma forma, alguns autores questionam o interesse do Estado em tratar da sexualidade como uma política pública. Para Altmann (2001), por exemplo:

A sexualidade é um “negócio de Estado”, tema de interesse público, pois a conduta sexual da população diz respeito à saúde pública, à natalidade, à vitalidade das descendências e da espécie, o que, por sua vez, está relacionado à produção de riquezas, à capacidade de trabalho, ao povoamento e à força de uma sociedade (p. 576)

O que não podemos negar é que a existência de documentos e leis que discutam a sexualidade representa grandes conquistas. A abertura do diálogo sobre determinados assuntos pode resultar na quebra de tabus, aumento da tolerância e

Realização:



Apoio:



combate ao preconceito. Então, ainda que bastante criticado por alguns vieses, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) representam um grande avanço na busca de uma sociedade mais igualitária, justa e tolerante com as diversidades.

Afinal, numa sociedade heterogênea como a brasileira, mas também tão intolerante, a educação aparece como âmbito privilegiado para desconstrução de crendices e preconceitos. Dessa forma, os PCN surgem como uma política pública em educação, de acordo com o que está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – lei nº 9.394/96, art. 9), a qual, por sua vez, condiz com o prescrito na própria Constituição Federal de 1988, que afirma:

[...] a necessidade e a obrigação de o Estado elaborar parâmetros claros no campo curricular capazes de orientar as ações educativas do ensino obrigatório, de forma a adequá-lo aos ideais democráticos e à busca da melhoria da qualidade do ensino nas escolas brasileiras (BRASIL, 1997b, p. 14)

A partir destes pressupostos, analisaremos como o tema “diversidade sexual” se apresenta nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997).

GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL COMO TEMAS TRANSVERSAIS NOS PCN

Como já dito, os Parâmetros Curriculares Nacionais são documentos norteadores do trabalho escolar. Elaborado em dez volumes, sendo o primeiro introdutório, os seis seguintes designados para matérias obrigatórias (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História e Geografia, Artes e Educação Física), e os três últimos relacionados aos temas transversais (Apresentação e Ética, Meio Ambiente e Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual).

De acordo com os PCN, a elaboração dos temas transversais – chamados assim por não representarem uma disciplina específica, mas temas que devem permear todo o trabalho pedagógico e transitar entre as mais diferentes disciplinas (BRASIL, 1997, p. 15) – têm o objetivo de fazer com que os alunos possam:

[...] conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (BRASIL, 1997a, p. 05)

De acordo com o documento referente à apresentação dos temas transversais, as questões elencadas - Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual - foram escolhidas por serem “importantes, urgentes e presentes

Realização:



Apoio:



sob várias formas na vida cotidiana” (BRASIL, 1997a, p. 15). Além da melhoria da qualidade de ensino, o domínio desses temas seria, dessa forma, parte importante do processo de formação de novos cidadãos - objetivo máximo do referido documento, de acordo com o mesmo. O conceito de cidadania aparece, inclusive, interligado com a concepção da democracia (BRASIL, 1997a):

A conquista de significativos direitos sociais nas relações de trabalho, previdência social, saúde, educação e moradia, amplia a concepção restrita de cidadania. Os movimentos sociais revelam as tensões que dizem respeito à desigualdade social, tratam das questões sobre a crescente equidade na participação ou ampliação dos direitos, assim como da relação entre os direitos individuais e os coletivos e da relação entre os direitos civis, políticos, sociais e econômicos com os Direitos Humanos. (p. 19)

Podemos conferir que os PCN, ao selecionarem os temas transversais a serem priorizados, se comprometem com uma educação voltada à formação de sujeitos críticos que reconheçam e exerçam seu papel, como indivíduos ativos na sociedade, na busca pelo respeito de si e dos outros.

Eleger a cidadania como eixo vertebrador da educação escolar implica colocar-se explicitamente contra valores e práticas sociais que desrespeitem aqueles princípios, comprometendo-se com as perspectivas e decisões que os favoreçam. Isso refere-se a valores, mas também a conhecimentos que permitam desenvolver as capacidades necessárias para a participação social efetiva (BRASIL, 1997a, p. 23)

Logo, para os PCN, temas relacionados ao exercício de cidadania, interligados com as preocupações contemporâneas, devem estar no mesmo patamar de importância que as matérias tradicionais do currículo escolar (BRASIL, 1997a, p. 23). Para Santomé (1995), a finalidade de toda intervenção curricular é a de “de preparar os/as alunos/as para serem cidadãos/as ativos/as e críticos/as, membros solidários e democráticos de uma sociedade solidária e democrática” (p. 155).

Ademais, os PCN consideram a importância de compreender a sociedade e seus valores construídos culturalmente. Do mesmo modo, ressalta que é importante entender essa mesma sociedade como força motriz da história, capaz de se modificar. Afinal, “visão de que a constituição da sociedade é um processo histórico permanente permite compreender que esses limites são potencialmente transformáveis pela ação social” (BRASIL, 1997a, p. 23). Daí o importante papel da educação. Afinal, “estudar e compreender os erros históricos é um bom antídoto

Realização:



Apoio:



para impedir que fenômenos de marginalização como esses continuem sendo reproduzidos” (SANTOMÉ, 1995, p. 167). Para os PCN (BRASIL, 1997a, p. 23), assim como para Quirino e Rocha (2012) “a escola não muda a sociedade, mas pode transcender o espaço de reprodução para o espaço de transformação, uma vez que as práticas pedagógicas são sociais e políticas” (p. 207).

Embora a existência dos PCN não garanta sua implementação no espaço escolar, é nesse sentido de transformação que a diversidade sexual se torna uma importante pauta no currículo escolar.

DIVERSIDADE SEXUAL COMO TEMA TRANSVERSAL

Como podemos constatar até aqui, a Orientação Sexual é um desses temas transversais - temas que transpassam e intervêm todas as matérias básicas do Ensino Fundamental, dissipando-se sob toda a área educativa.

Isso porque os PCN também reconhecem que a sexualidade é um tema presente em toda a sociedade, inerente à vida de qualquer pessoa, acompanhando-a do nascimento até a morte (BRASIL, 1998, p. 287). Como não poderia deixar de ser, é um tema inevitável na escola, permeando seu cotidiano, suas práticas e relações sociais, sendo registrada mesmo no espaço físico escolar, como inscrições em muro, paredes e portas de banheiro e também nas atitudes dos próprios alunos, por meio de piadas, apelidos, músicas e brincadeiras no recreio.

Por despreparo, a escola por vezes tenta contornar o assunto - o próprio documento salienta que a escola “realiza o pedido, impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela” (BRASIL, 1997c, p. 78). Outras vezes, quando decidem intervir, costumam tratar o assunto de maneira superficial e biologizante, focalizando somente a visão anatômica e fisiológica do sexo.

Essa abordagem normalmente não abarca as ansiedades e curiosidades das crianças, pois enfoca apenas o corpo biológico e não inclui as dimensões culturais, afetivas e sociais contidas nesse mesmo corpo. (BRASIL, 1997c, p. 78)

Com proposta diferente, o tema transversal Orientação Sexual objetiva servir de referencial para o professor, por meio de três eixos norteadores: Corpo Humano, Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS e Relações de Gênero.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de
Teoria e Prática
da Educação



O primeiro eixo, “Corpo Humano”, tenta propiciar ao aluno o conhecimento do próprio corpo e do outro; com caráter mais biológico, tem como objetivo informar; o segundo eixo norteador discute as formas de transmissão da AIDS, bem como a prevenção e o respeito às pessoas que convivem com essa doença. Já o terceiro eixo, “Relações de Gênero”, segundo os próprios PCN “propicia o questionamento de papéis rigidamente estabelecidos a homens e mulheres na sociedade, a valorização de cada um e a flexibilização desses papéis”. (BRASIL, 1997a, p. 28), enquanto “pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro”. (BRASIL, 1998, p. 287).

Dessa forma o estudo do corpo humano não se restringe à dimensão biológica, mas coloca esse conhecimento a serviço da compreensão da diferença de gênero (conteúdo de Orientação Sexual) e do respeito à diferença (conteúdo de Ética) (BRASIL, 1997a, p. 29)

Assim, ao tratarem do tema Orientação Sexual como tema transversal, os PCN cumprem bem seu papel em propor a discussão sobre diversos temas informativos de necessidade extrema, como por exemplo, a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis como a AIDS, ou ainda da gravidez na adolescência. No documento, aliás, o ambiente escolar é apontado como um “importante instrumento para veicular informações sobre formas de evitar a gravidez e de se proteger de doenças sexualmente transmissíveis. Afirma que quanto mais baixa a escolaridade, maior o índice de gravidez entre adolescentes” (ALTMANN, 2001, p. 575).

De acordo com os PCNs, em virtude do crescimento de casos de gravidez indesejada entre adolescentes e do risco da contaminação pelo HIV, o tema Orientação Sexual criado como um dos temas transversais a ser trabalhados ao longo de todos os ciclos de escolarização. Cabe, portanto, à escola – e não mais apenas à família – desenvolver uma ação crítica, reflexiva e educativa que promova a saúde das crianças e dos adolescentes (ALTMANN, 2001, p. 576)

Entretanto, os PCN vão além da questão prática, fisiológica, de uma forma até subjetiva: sugerem que a discussão sobre sexualidade em sala de aula amenize medos e ansiedades relacionados ao corpo de si e do outro – coisa natural de acordo com a faixa etária, principalmente numa cultura Judaico Cristã, que em geral leva consigo o hábito de demonizar a sexualidade.

Ao chegarmos no final do século XX e no início do século XXI, a herança judaico-cristã (...) e a influência médico-cultural do

Realização:



Apoio:



vitorianismo, aliadas à um modo de vida consumista e individualista da sociedade de nossos dias, nos lega uma concepção de sexualidade limitada, normatizada e geradora de culpa, angústia e ansiedade (REIS; RIBEIRO, 2005, p. 36)

Portanto, podemos inferir que projetos que busquem o diálogo sobre a sexualidade se defrontem com preconceitos e repressões, muitas vezes vindas de casa. A educação sexual é “primeiramente abordada no espaço privado, pelas relações familiares. Assim, de forma explícita ou implícita, são transmitidos os valores que cada família adota como seus e espera que as crianças assumam”. (BRASIL, 1997c, p. 83). Muitos pais, inclusive, acreditam que o tema deve ser tratado com exclusividade pela família. Os PCN também apontam os efeitos da educação familiar sobre a educação sexual dos jovens:

[...] toda família realiza a educação sexual de suas crianças e jovens, mesmo aquelas que nunca falam abertamente sobre isso. [...] expressões, gestos e proibições que estabelecem são carregados de determinados valores associados à sexualidade que a criança apreende. O fato de a família ter valores conservadores, liberais ou progressistas, professar alguma crença religiosa ou não e a forma como o faz determina em grande parte a educação das crianças. [...] é no espaço privado, portanto, que a criança recebe com maior intensidade as noções a partir das quais construirá sua sexualidade na infância (BRASIL, 1997c, p. 77)

A família e os desfavoráveis a esse tópico de discussão, por diversas vezes, acabam usando-se de “justificativas biológicas ou teológicas para as diferenças e desigualdades entre mulheres e homens” (MEYER, 2003, p. 11). Por isso, apesar das iniciativas pedagógicas da inclusão da temática na pauta educacional, a discussão sobre gênero e sexualidade ainda continuam sendo um tabu (QUIRINO, ROCHA, 2012) Entretanto, a escola não pode ser conivente com esse tipo de cultura; deve contrapor idéias, levando os alunos à reflexão. A escola,

[...] ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e explicitar os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio elegeu como seus. (BRASIL, 1997c, p. 83)

Afinal, justificativas pseudo-científicas e religiosas não raramente influenciam negativamente a vida das pessoas, legitimando e dando aporte para violências, quando não físicas, também morais e simbólicas. Os próprios educadores não estão livres disso e os PCN (1997) trazem um exemplo:

Realização:



Apoio:



[...] se o professor disser que uma relação sexual é a que acontece entre um homem e uma mulher após o casamento para se ter filhos, estará transmitindo seus valores pessoais (sexo somente após o casamento com o objetivo da procriação). É necessário que o professor possa reconhecer os valores que regem seus próprios comportamentos e orientam sua visão de mundo, assim como reconhecer a legitimidade de valores e comportamentos diversos dos seus. Sua postura deve ser pluralista e democrática, o que cria condições mais favoráveis para o esclarecimento e a informação sem a imposição de valores particulares (p. 103)

Outro exemplo bastante comum diz respeito aos papéis de gênero difundidos na sociedade. Aranha (1996) e Finco (2003) concordam que os próprios professores, muitas vezes, reforçam os papéis de gênero na sociedade “quando esperam que as meninas sejam mais comportadas [...] e aceitam com complacência a agitação dos meninos como se ela fosse ‘natural’” (ARANHA, 1996, p. 93).

[...] é muito freqüente, ainda, que meninos e meninas, ao demonstrarem comportamentos não apropriados para seu sexo, causem preocupação e sejam motivo de incômodo e dúvidas para profissionais da educação infantil (FINCO, 2003, p. 95)

Joan Scott (1995), que destaca o gênero como uma categoria útil de análise, salienta que ao nascermos, levamos expectativas interligadas ao nosso sexo biológico. Os PCN também estão de acordo com essa premissa:

[...] pode-se lembrar a repressão das expressões de sensibilidade, intuição e meiguice nos meninos ou de objetividade e agressividade nas meninas. As diferenças não devem ficar aprisionadas em padrões preestabelecidos, mas podem e devem ser vividas a partir da singularidade de cada um, apontando para a equidade entre os sexos. (BRASIL, 1997c, p. 99)

Isso é extremamente prejudicial ao passo de que existam “múltiplas formas de ser menino e de ser menina que as categorizações não nos deixam ver” (FINCO, 2003, p. 100), e a feminilidade e a masculinidade são mutáveis e levam consigo as marcas de seu tempo, ou seja, são construídas historicamente. Assim, os PCN atentam que, discutir as relações de gênero, “tem como objetivo combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação” (1997, p. 99). Mais do que isso, “a flexibilização dos padrões visa permitir a expressão de potencialidades existentes em cada ser humano que são dificultadas pelos estereótipos de gênero” (p. 99).

Desse modo, fica claro que cabe à escola “informar e discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade” (BRASIL, 1997c, p.

Realização:



Apoio:



83). Os professores devem, portanto, realizar intervenções, abordando “diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de auto-referência por meio da reflexão” (BRASIL, 1997c, p. 83).

Assim, fica claro que a educação sexual realizada pela escola, organizada sistemática e cientificamente, não tenciona concorrer ou substituir a educação sexual que os alunos recebem em casa; busca, antes disso, sua complementação. Entretanto, esse ponto continua sendo motivo de polêmica e preocupação.

PLANOS DE EDUCAÇÃO E A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Como podemos conferir, apesar das possíveis críticas a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, não há como negar que eles figuram como um avanço enorme, ao se apresentarem como um dos documentos pioneiros para educação ao tratar a sexualidade e as relações de gênero como assuntos necessários para serem abordados no âmbito escolar.

É claro que tais documentos são apenas referenciais para os professores, não se tratando de temas obrigatórios; entretanto, a concepção de um documento que instigue o questionamento de padrões, estereótipos, tabus e discriminações, abre espaço para uma guinada nessas discussões.

A partir disso, propomos uma reflexão sobre a polêmica em torno da elaboração do Plano Nacional de Educação (previsto na Lei Federal nº 10.172/2001 e no Artigo 9º da LDB), aprovado em 2014, e dos Planos Municipais de Educação, elaborados em 2015. Essa proferida polêmica se alastrou por todo o país: a presença, no projeto dos PME, dos termos sexualidade e relações de gênero. Sabemos que os PCN deram base para o Plano Nacional de Educação (2014) e também os Planos Municipais de Educação (aprovados em 2015). E, se nos PCN, elaborados por especialistas, existe a recomendação de se discutir com os alunos sobre sexualidade, seria natural que os Planos Municipais sigam a mesma lógica.

Em 2015 ocorreram diversas mobilizações para a retirada de termos referentes a essa temática do PME em diversas cidades Brasil afora. Os setores

Realização:



Apoio:



conservadores e religiosos da sociedade se organizaram para impedir que as palavras “gênero e sexualidade” estivessem presentes no texto.⁴

O município de Paranaíba – PR também foi palco dessas discussões, que ganharam espaço na mídia. O Plano em pauta foi elaborado por professores que participaram de treze reuniões, nas quais foram discutidas as necessidades de se trazer para sala de aula a temática da sexualidade, evidência de que tais professores, por lidarem diretamente com a sala de aula, possuíam conhecimento pessoal sobre as necessidades e carências de uma escola.

Os fundamentalistas religiosos do município, seguindo o fluxo nacional, agiram “atuando em missas, cultos, reuniões de comunidades e escolas no sentido de denunciar a chamada “ideologia de gênero” (SIQUEIRA, 2015, p. 121).

Os vereadores da Câmara Municipal de Paranaíba “rendidos pelo poder dos votos (...) sem analisar a importância da discussão da temática na escola votaram por unanimidade pela retirada dos termos” (SIQUEIRA, 2015, p. 121), desconsiderando a discussão que veio por meio da vivência de professoras, apoiando-se em discursos conservadores: desconsideraram o “chão da escola.”

É clara a necessidade de estarmos atentos à necessidade de se desconstruir valores prejudiciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, mais democrática e menos violenta. Como visto, a Constituição de 1988 previa a elaboração da LDB, de 1996, que por sua vez orientava pela elaboração dos PCN. Na própria LDB consta, também, que os Planos Nacionais, Estaduais e Municipais de educação deveriam se basear nos PCN. Tendo em vista que os temas gênero e diversidade sexual estão exaustivamente expostos nos PCN como eixo do direcionamento do trabalho pedagógico, o esforço dos setores religiosos e conservadores da sociedade visando a eliminação dessa discussão acaba não sendo legítimo, além de retrógrado e motivado por intolerância, preconceitos e ódio.

⁴ Valendo-se do banalizado termo “ideologia de gênero” o grupo reacionário chegou a dizer que levar a discussão para sala de aula seria uma forma de “incutir” a homossexualidade nos jovens – um argumento sem nexos, que demonstra não só ignorância quanto à construção da sexualidade, mas também, nas palavras de Siqueira (2015), “um verdadeiro espetáculo de homofobia” (p. 121). Esse foi o enredo em diversas localidades e em sua maioria os termos foram retirados, como havia ocorrido com o plano nacional, graças ao lobby da bancada evangélica.

Realização:



Apoio:



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando setores mais conservadores da sociedade se unem para impedir que meros termos sejam retirados dos documentos oficiais, em uma linha de interferência orquestrada em portas de igrejas e junto aos representantes dos legislativos, interpretamos como desprezo ao grupo de profissionais da educação que participou do debate nas reuniões dos conselhos de educação. Tal aspecto, juntamente com a recente revelação de dados sobre homofobia no Brasil, país recordista em assassinatos de transexuais há décadas⁵, mostram que passamos por tempos difíceis e que tais assuntos necessitam de uma indispensável atenção, também no espaço escolar.

Em tempos em que até a discussão biológica, nas aulas de Ciências, sobre os aparelhos reprodutivos em sala de aula são questionados⁶, em que livros literários infantis são demonizados por questionarem preconceitos e a desigualdade de gênero⁷, um olhar mais atento ao percurso histórico da elaboração dos principais documentos que trazem a sexualidade para a educação torna-se um interessante objeto de estudos, cuja investigação pode revelar, entre outros aspectos, a vaga reacionária que tem se manifestado cotidianamente no país, ignorando nossos altos índices de violência contra homossexuais na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, H. **Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais**. Rev. Estud. Fem. [online]. 2001, vol.9, n.2, pp.575-585.
- ARANHA, M. L. A. **Filosofia da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- ARONOVICH, L. **Sai a Ideologia de Gênero, entra a Ideologia do Gênesis**. 2017. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2017/04/sai-ideologia-de-genero-entra-ideologia.html>> Acesso em: 8 de Abr. de 2017.
- AYER, F; BOTTREL, F. **Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais**. 2017. Disponível em: <<http://www.em.com.br/app/noticia/especiais/dandara/2017/03/09/noticia-especial-dandara,852965/brasil-e-pais-que-mais-mata-travestis-e-transexuais.shtml>> Acesso em: 09 de Abr. de 2017.

⁵ Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2016-12/numero-de-homicidios-de-pessoas-lgbt-pode-ser-recorde-em-2016> 09 de Abr. de 2017.

⁶ Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/ji-parana-regiao-central/noticia/pais-acionam-mp-ro-para-proibir-livro-de-ciencias-com-ilustracao-de-penis-em-escola.html>> Acesso em: 1 de Abr. de 2017.

⁷ Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/06/distribuicao-de-livros-sobre-educacao-sexual-gera-polemica-em-guarulhos.html>> Acesso em: 4 de Abr. de 2017.

Realização:

Apoio:



BERNARDI, M; CÍCERA, S; FERNANDES, P. **Pais acionam MP para proibir livro escolar com desenho de pênis em Rondônia.** 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/ji-parana-regiao-central/noticia/pais-acionam-mp-ro-para-proibir-livro-de-ciencias-com-ilustracao-de-penis-em-escola.ghtml>> Acesso em: 01 de Abr. de 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação** - PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF. Ed. Câmara, 2014.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997a.146p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997b. 126p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997c. 164p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais Vol. 10.5 – Orientação Sexual/ Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF. 1998 146p.

CARVALHO, M. **Exclusão de gênero do Plano Nacional de Educação é retrocesso, diz educador.** 2015. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2015-12-26/exclusao-de-genero-do-plano-nacional-de-educacao-e-retrocesso-diz-educador.html>> Acesso em: 04 de Abr. de 2017.

ESCÓSSIA, F. **Atentado nos EUA e casos de homofobia no Brasil são parte de onda conservadora religiosa mundial, diz brasileiro.** 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-36530900>> Acesso em: 05 de Abr. de 2017.

EVANGELISTA, O; SHIROMA, E. **O Combate à pobreza nas políticas educativas do século XXI.** Coimbra. 2004

FINCO, D. **Relações de gêneros nas brincadeiras.** 2003.

G1.com. Portal de Notícias. **Distribuição de livros sobre educação sexual gera polêmica em Guarulhos.** 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/06/distribuicao-de-livros-sobre-educacao-sexual-gera-polemica-em-guarulhos.html>> Acesso em: 04 de Abr. de 2017.

GALUCH, M. T. B.; SFORNI, M. S. F. **Interfaces entre políticas educacionais, práticas pedagógicas e formação humana.** Praxis Educativa, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 55-66, 2011.

JIMENEZ, S.V.; SEGUNDO, M.D. **Erradicar a pobreza e reproduzir o capital: notas críticas sobre as diretrizes para a educação do novo milênio.** Cadernos de Educação/FaE/PPGE/UFPel. Pelotas [28]: 119 - 137, janeiro/junho 2007.

LUCENA, E. **País vive onda de modernismo reacionário, diz sociólogo.** 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/06/1638390-pais-vive>>

Realização:



Apoio:





onda-de-modernismo-reacionario-diz-sociologo.shtml> Acesso em: 05 de Abr. de 2017.

MEYER, D. **Gênero e Educação**: teoria e política. In: LOURO, G; FELIPE, J; GOELLNER, S. (orgs.) *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na Educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.

PEREIRA, J. E. D. **As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 68, p. 109-125, dez. 1999.

QUIRINO, G. S.; ROCHA, J. B. T. **Sexualidade e educação sexual na percepção docente**. 2012.

RIBEIRO, P. R. M. **Sexualidade e Educação sexual**: apontamentos para uma reflexão (org). São Paulo: Cultura Acadêmica. Editora, 2002.

REIS, G. V.; RIBEIRO, P. R. M.. **Sexualidade e educação escolar: algumas reflexões sobre orientação sexual na escola**. In.: BORTOLOZZI, A. C; MAIA, A. F. (Org). *Sexualidade e infância*. Bauru: FC/CECEMCA; Brasília: MEC/SEF, 2005, p.35-42.

SANTOMÉ, J. T. **As culturas negadas e silenciadas no currículo**. In: SILVA, T. T. (Org.). *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SIQUEIRA, M. C. A. **“Nesta escola não há lugar para bichinhas [...]”: diversidade sexual e homofobia no ambiente escolar**. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí. Orientadora: Isabela Candeloro Campoi. Paranavaí, 2015.

SCOTT, J. W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação & Realidade*: Porto Alegre, Vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SEXUAL DIVERSITY IN THE BRAZILIAN EDUCATIONAL DOCUMENTS: FROM THE NCP TO THE MUNICIPAL EDUCATION PLANS

ABSTRACT

The National Curricular Parameters (Parâmetros Curriculares Nacionais/PCN, 1997) were developed as a guiding document for education and can be considered as a public policy focused on education implemented by the government of Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). In the PCN sexuality and sexual diversity are seen as transversal topics. In the second decade of the 21st century, discussions began on the last National Plan for Education (Plano Nacional da Educação), valid for 10 years, according to the legislation. In the context of the elaboration of the plan approved in 2014 there were many debates about the importance of dealing with gender and sexuality at school. The national plan requires Brazilian municipalities and states to approve their plans until June 2015. The National Congress mobilizations against the so-called "gender ideology" and the alleged "assault on the traditional family" have shown how much the implementation of the topic still generates opposition. The purpose of this paper is to problematize the contents about sexuality and sexual diversity in PCN and the most recent debates on the approval of Plan for Education in Brazil.

Keywords: Gender; Sexuality; Education.

Realização:



Apoio:

